

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.611 - PB (2019/0192995-6)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : RITA NUNES PEREIRA**  
**ADVOGADO : ANTONIO EUDES NUNES DA COSTA FILHO - PB016683**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

## **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. APLICAÇÃO DE MULTA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INTERRUÇÃO DA CONTAGEM DO LAPSO PRESCRICIONAL. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE INSTRUÇÃO NORMATIVA. ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Embargos à Execução de título executivo extrajudicial, opostos por Rita Nunes Pereira contra a União, ao argumento de que o título executado com base no acórdão 2046/2016 do TCU, que a condenara ao pagamento de multa, no valor de R\$ 30.000,00, encontra-se prescrito, na medida em que, entre a data do evento danoso mais recente (03/06/2005) e a instauração da Tomada de Contas Especial, decorreram mais de 5 anos.

III. Na forma da jurisprudência, "o apelo nobre não constitui via adequada para análise de ofensa a resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal" (STJ, REsp 1.613.147/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2016).

IV. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, manteve a sentença de improcedência dos Embargos à Execução, consignando que, "da análise dos autos, de fato se constata que entre a data do evento danoso mais recente (03/06/2005) e a instauração do processo administrativo no âmbito do Tribunal de Contas da União (16/03/2011) passaram-se mais de cinco anos. Todavia, há de se levar em consideração a ocorrência de causa interruptiva do lustro prescricional. É que muito antes de o processo ser remetido ao TCU, tramitou a denominada 'fase interna' de controle, qual seja aquela realizada pelo órgão repassador dos recursos, na qual se apura a existência do dano, o valor e

# *Superior Tribunal de Justiça*

responsabilidade. Somente após concluída essa etapa é que a tomada de contas será enviada ao TCU, a fim de que se dê início a respectiva 'fase externa'. Dessa forma, não há que se falar em inércia do credor". Considerou-se, ainda, que, "Em face do que estabelece a Instrução Normativa do TCU nº 71/2012 (arts. 4º, 10, inciso III, e 11), enquanto o processo de verificação de regularidade das contas estiver tramitando no âmbito do órgão responsável pela gestão dos recursos repassados (no caso dos autos a FUNASA), não há como o TCU instaurar seu próprio procedimento", concluindo-se que, "na presente hipótese, não ocorreu a prescrição, pois houve a interrupção do lapso prescricional em 05/09/2007, em virtude da instauração da Tomada de Contas Especial no órgão conveniente, no caso, a própria FUNASA, que corresponde a ato inequívoco da apuração do fato (art. 2º, II, da Lei nº 9.873/99). Entre a finalização desse procedimento e a autuação no TCU não se completou o lustro prescricional". Para a Corte **a quo**, "a administração, assim, tomou todas as providências que lhe cabia dentro do prazo legal, primeiramente na apuração interna levada a cabo pela FUNASA, e, num segundo momento, pelo TCU, no momento em que essa Corte de contas recebeu o relatório conclusivo relativo a esse procedimento".

V. O entendimento firmado pelo Tribunal **a quo**, à luz dos fatos e provas dos autos – no sentido de que se configurou causa interruptiva do lapso prescricional –, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

VI. Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(data do julgamento).

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**

Relatora